

DIVERSIDADE SEXUAL: O QUE SE FALA E O QUE SE CALA SOBRE HOMOEROTISMO NO ESPAÇO ESCOLAR

Vivian Silva da Costa
Eduardo Steindorf Saraiva

RESUMO

O presente estudo reflete sobre o tema do homoerotismo, o qual vem através dos tempos tentando conquistar seu espaço e seu respeito dentro da sociedade. Possui enfoque qualitativo e como método avaliativo foi utilizado a análise de conteúdo, baseando no que se mostrou relevante considerar na pesquisa, desta forma foi realizado um grupo focal com oito alunas concluintes do curso Normal - Aproveitamento de estudos de uma escola pública, do Município de Rio Pardo RS. A partir da leitura de reportagens as alunas produziram discussões acerca da temática em dois encontros. Este estudo propiciou reflexões relacionadas compreender que leitura a escola tem sobre a temática do homoerotismo e entender como este tema é tratado dentro do educandário, através das representações apresentadas pelo grupo focal.

Palavras-chave: Homoerotismo. Escola. Educação. Sociedade

INTRODUÇÃO

Com o intuito de refletir sobre a temática do Homoerotismo dentro do espaço escolar, realizou-se a técnica de grupo focal com alunos (as) do curso Normal, de uma Escola Estadual de Rio Pardo, Rio Grande do Sul.

O termo homoerotismo surgiu no final do século XIX início do século XX. Este termo foi usado pela primeira vez por Sandor Ferenczi psicanalista húngaro para discutir a homossexualidade evocando uma posição entre erotismo e sexualidade, o presente termo é preferível à “homossexualidade” ou “homossexualismo”, pois acredita-se que estes remetem a um pensamento calcado em um sistema preconceituoso que se acha no direito e dever de considerar moralmente inferiores as pessoas que apresentam inclinações pelo mesmo sexo biológico. (COSTA,1992, p. 43).

Apesar de vivermos no século XXI, é possível observar ao longo dos tempos que, infelizmente, embora digamo-nos evoluindo em termos de tecnologia, cientificismo, e muito mais, continuamos nos mostrando tantas e mais vezes de forma irracional. É como se, ironicamente, esta evolução ocorresse só exteriormente (do indivíduo para fora), e no tocante a consciência estagnamos e, muitos, até retrocedem.

Ao que tudo indica a evolução de nossas mentes não acompanha a evolução de nossos instrumentos. Por mais que descobrimos, ao longo dos séculos, novas verdades e fomos desmistificando irrealidades, modificando paradigmas, continuamos muito vinculados a dogmas e tradições. A violação de direitos e discriminação devem ser combatidas através

da educação e de políticas públicas que avancem nas discussões relativas ao tema proposto.

Para Eribom (2008), refletir sobre estas questões não é colocar problemas teóricos em jogo. Estamos nos remetendo a pessoas, que são constantemente subjugadas, interpeladas e que sofrem violências das mais variadas, apenas por sua orientação sexual. Tenho que é primordial o desenvolvimento de pesquisas de incentivo a promoção da diversidade sexual em todos os âmbitos educacionais, sendo para isso a escola um espaço privilegiado de construção de conhecimento e de apoio às redes de pessoas interessadas em aprofundar debates públicos. (FROMMING; IRINEU, 2008).

Nesse sentido, fomos coagidos, durante a ditadura militar no Brasil, a reproduzir a ignorância e a ocultarmos verdades dentro das escolas. A educação foi necessariamente privada de desenvolvimento crítico e, os estudantes ensinados a idolatrar o que no país fosse considerado certo e normal por seus comandantes. Felizmente conseguimos, através da luta (principalmente da militância estudantil), por um fim no regime militar, entretanto, perguntamo-nos agora: o que mudou na escola? Com toda certeza, os educandários mudaram drasticamente, porém, ainda podemos perceber uma resistência a certos temas dentro da escola; temas estes referentes à sexualidade, os quais não podem ser negligenciados, e sim debatidos e compreendidos, pois são temas que refletem na sociedade em que vivemos e, que contribuem para formar a consciência do indivíduo.

Desta forma se faz necessário uma releitura da educação e seu envolvimento dentro da sexualidade, durante o desenvolvimento desta pesquisa, procuro situar algumas etapas relevantes (à pesquisa) do desenvolvimento da educação mesclada com seus ajustes sociais e seu envolvimento no campo da sexualidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Homossexualismo x Homoerotismo

A sexualidade burguesa, em sua plenitude oitocentista, tinha responsabilidades outras, além do gozo dos indivíduos. Era preciso mostrar que os limites do gozo estavam seguramente inscritos nos interesses da cultura e civilização burguesas. Portanto, era igualmente necessário controlar e redirecionar esse tipo de erotismo rebelde e indiferenciado, convertendo-o no que veio efetivamente a tornar-se: *homossexualismo* (COSTA, 1992). Em 1869, Benkert, médico húngaro, inventa o termo *homossexual*.

“Nos fins do século XIX o homoerotismo vivia sua era científica de culpa, vergonha e maldição. Antes pecado contra a alma, era, agora, aberração moral, psíquica e cívica” (COSTA, 1992, p. 43). É nesse final de século XIX e no início do século XX que surge o homoerotismo, tendo na sua primeira vertente de ideias (perceptível na literatura do século

XIX) a procura de fazer do “homossexual” um instrumento de denúncia social.

O termo homoerotismo foi usado pela primeira vez por Sandor Ferenczi, psicanalista húngaro, para discutir o tema da homossexualidade, evocando uma posição entre erotismo e sexualidade. Por remeterem ao vocabulário do século XIX, que deu origem à ideia do “homossexual”, o termo homoerotismo é preferível a “homossexualidade” ou “homossexualismo”. Acredita-se que empregar palavras como “homossexual” é continuar “pensando, falando e agindo emocionalmente inspirados na crença de que existem uma sexualidade um tipo humano homossexual”, que não dependeriam do hábito linguístico que os criou. (COSTA, 1992). Ao manter estes termos estaríamos conservando os costumes que são encarados pelo sistema preconceituoso que se acha no direito e dever de considerar moralmente inferiores as pessoas que apresentem inclinações pelo mesmo sexo biológico. A carga de preconceito encontrada nas palavras como “homossexual” e “homossexualidade”, independe da intenção do sujeito que as pronuncia, tornando seus dizeres preconceituosos tendo ele o objetivo ou não.

A preservação do vocabulário da “homossexualidade e heterossexualidade” entre outros efeitos humanos nocivos priva os indivíduos com tendências homoeróticas de um privilégio que por direito e por exigências éticas também é seu (COSTA, 1992). Ou seja, ao empregar estas palavras estaremos atentando contra a liberdade (dos sujeitos a quem referimo-la), que é direito de todas as pessoas, de se apresentarem publicamente e de serem felizes em sua privacidade.

O homoerotismo através dos tempos

Desde os primórdios da humanidade a atração erótica entre pessoas do mesmo sexo é relatada em registros típicos de cada povo e a diversidade cultural norteava a aceitabilidade, a tolerância ou a inadmissibilidade. Spencer (1996) relata que na pré-história, tribos da Nova Guiné e da Ilha de Melanésia praticavam a sodomia ritualizada.

Entre os helênicos fala-se muito da poetisa Safo, a Vênus da ilha de Lesbos, que deu origem ao nome LESBIANISMO, apontando a prática sexual de suas seguidoras. (FIGUEIREDO, 2002).

Na antiguidade grega, a relação sexual entre um homem mais velho (o chamado erastes) e um rapaz jovem (erômenos) era considerada comum, sendo aprovada, incentivada e tomada como modelo de ética amorosa. Os amantes deviam ser comedidos, evitando exageros lúbricos ou apaixonados. A liberdade sexual privada, como a concebemos, era impensável na Grécia Antiga. (COSTA, 1994, pg. 65).

Até algum tempo depois do Renascimento o sodomita e a lésbica não eram considerados diferentes de qualquer outra pessoa. Por volta do ano 1700 houve uma radical

mudança comportamental e a partir de então, ocorreu a generalização que todos os homens que faziam sexo com homens eram efeminados e que todas as mulheres que desejavam outras mulheres eram masculinizadas e agressivas, nascia, portanto, a sociedade que passou a não mais aceitar a relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo. (SPENCER, 1996, p. 46).

O indivíduo homoerótico passa a ser um instrumento de denúncia social já na literatura do século XIX. Em 1869, Benkert, médico húngaro, inventou o termo homossexual. Foi através das versões como: a naturalista, que insinuava o homoerotismo como sendo sexo animal, sem vergonha ou moral; a de que as relações homoeróticas seriam exemplo de latência perversa que todos possuímos e que, na infância, manifesta-se à luz do dia; e a do exotismo, que cumpria a tarefa de fazer do homoerótico um ser primitivo sem poder social, que em liberdade apresentava riscos a sociedade e, um parasita; que forjaram-se em grande parte a atribuição que fazemos hoje à “identidade sexual”. (SPENCER, 1996).

No Brasil, durante a ditadura militar, as lutas pela libertação sexual deviam ser implícitas para poderem continuar repercutindo. Podemos escutar letras de músicas, feitas naquela época, abordando o tema da sexualidade, letras essas que embaralhavam propositalmente as referências femininas e masculinas em suas performances, como as do cantor Ney Matogrosso. A partir de 1975, emerge o Movimento de Libertação Homossexual no Brasil, do qual participaram muitos/muitas intelectuais exilados/as durante ditadura militar. Eles/elas criticavam a heterossexualização da sociedade. Já no final dos anos 70, a política *gay* e lésbica abandonava o modelo que pretendia a libertação através da transformação do sistema, começavam uma busca pela igualdade de direitos no interior da ordem social existente; almejavam uma identidade homoerótica. Entretanto, no início dos anos 80, o surgimento da Aids, apresentado como o “câncer *gay*”, imediatamente renovou a homofobia latente da sociedade. Simultaneamente, a doença também teve um impacto denominado por alguns como positivo. Formaram-se alianças não necessariamente baseadas na identidade, mas sim num sentimento de afinidade que uniu tanto os sujeitos atingidos quanto seus familiares, amigos, trabalhadores da área de saúde, *etc.* Em 1990, a homossexualidade torna-se uma questão sócio-política e durante essa década os direitos civis ganham espaço nos meios de comunicação de massa quando, em vários países, houve a disponibilidade para regulamentá-la.

Nos últimos anos tem-se avançado na igualdade de direitos entre casais homossexuais e heterossexuais além do combate à discriminação. Entre as reivindicações quanto à direitos LGBT, pode-se citar o reconhecimento das uniões homoeróticas, conquista de direitos previdenciários, combate à discriminação, adoção e reconhecimento jurídico da redesignação sexual.

Existem atualmente, movimentos e manifestações como a Parada do Orgulho Gay

que buscam incentivar a normalidade das relações sociais, a promoção dos valores da amizade para a convivência cidadã entre todas as sexualidades. A Parada é um movimento cívico da cidade e a decisão de ir para uma Parada Gay pode ter várias faces para muitos. Para alguns pode ser um desafio, mas para outros parte de um protesto.

Em 2003 e novamente em 2004, pela primeira vez na história da ONU, um país apresentou uma resolução para proteger o homossexualismo a nível mundial. O Brasil tentou colocar para votação na ONU sua Resolução sobre Direitos Humanos e Orientação Sexual, que propõe que a conduta homossexual seja classificada e protegida como direito humano inalienável. Entretanto, em fevereiro de 2004, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) enviou carta ao presidente Lula pedindo que o Brasil abandonasse sua resolução, por considerá-la uma vergonha para o país.

Por mais que a carta não tenha sido atendida, a oposição da maioria dos outros países obrigou o governo a recuar. Também em 2004 o Governo brasileiro lançou programas como: “Brasil Sem Homofobia”, que tinha por objetivo treinar professores das escolas públicas a ensinar as crianças a valorizarem e respeitarem a sua escolha sexual. Todavia, esse programa não atingiu uma parte significativa do Brasil, então cabe a nós esperarmos ou não por um caminho até a solução, pois a “homossexualidade” é uma construção cultural recente, como mostrou Foucault (2005); e nenhuma moral sexual é definitiva, apenas revela, conforme a sociedade da época seja mais conservadora ou liberal, a realidade de um determinado momento histórico. (FIGUEIREDO, 2002).

Escola e Sexualidade

A escola começou por separar adultos de crianças, fez-se diferente para os ricos e para os pobres, e separou os meninos das meninas. Através de seus múltiplos e discretos mecanismos, escolarizou e distinguiu (e continua fazendo) os corpos e as mentes.

A separação de meninos e meninas estimulada pelas atividades escolares; que dividem grupos de estudos propõem competições e na maioria das escolas acontece em toda a prática da educação física; é também provocada em atividades durante o intervalo e/ou pós-escolares, como por exemplo, em brincadeiras com intuito de ofender que ridicularizam um garoto chamando-o de “menininha”. (LOURO, 1999, p. 68).

Na atualidade a sexualidade humana é abordada dentro dos contextos, biológico, de gênero, do papel sexual e orientação afetivo-sexual, concluindo-se que é um complexo intrínseco da personalidade sendo muito mais do que uma descrição biológica de fins reprodutivos. (LOURO, 1999, p. 22).

Porém, por mais que a sexualidade esteja presente em todos os dispositivos de escolarização, a preocupação com a mesma não é tratada de forma aberta na maioria das

vezes. Ela é frequentemente dissociada dos sujeitos que coabitam a escola, como se nossos professores e alunos fossem seres assexuados, ou como se pudessem se despir de suas sexualidades.

As dificuldades de se trabalhar o tema da sexualidade em sala de aula são apontadas por diversos autores e todas elas dizem respeito, direta ou indiretamente, aos tabus relacionados à sexualidade em nossa sociedade.

O processo educativo comprova claramente que a disciplina “fabrica” indivíduos. (FOUCAULT, 1989). Portanto, para haver uma mudança, é necessário desconfiar do que é tomado como “natural”. Mais importante do que escutar o que é dito, é perceber o não-dito. (LOURO, 1999). Provavelmente nada é mais exemplar disso do que o ocultamento ou a negação dos indivíduos homoeróticos e do homoerotismo pela escola. A cultura da escola faz com que respostas estáveis sejam esperadas e que o ensino de fatos seja mais importante do que a compreensão de questões íntimas. (BRITZMAN, 2001, p.85).

E tudo isso perturba quando lembramos que “a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de sexualidade que circulam na sociedade, mas ela própria as produz” (LOURO, 1999, p. 80 e 81). Ela, como seu objetivo explícito, constrói sujeitos masculinos e femininos heterossexuais, além de estimular, ao invés de problematizar e combater a homofobia. Ensina a lição do silenciamento e da dissimulação, ensina a “aprender a se esconder e tornar-se parte do capital sexual da pessoa” (BRITZMAN, 1996, p.83). A escola esquece que o conhecimento e o pensamento crítico dados na sala de aula deveriam orientar nossos hábitos de ser e modos de viver fora da sala de aula.

Jane Felipe (1997) fez uma leitura crítica de livros de orientação sexual para crianças utilizados no Rio Grande do Sul e observou que, embora alguns não vinculem todo o exercício da sexualidade à procriação, eles geralmente apresentam as relações sexuais como restritas ao casamento entre duas pessoas adultas, de sexos opostos, que se amam (com o corolário de filhos).

A ignorância sobre a homossexualidade torna-se, seguramente, uma ignorância sobre a sexualidade e, desta forma, uma ignorância sobre a heterossexualidade. (LOURO, 1999).

Devemos ainda salientar a enorme representação dos educadores dentro do espaço escolar, pois são eles que estão quase que diariamente implicando e incitando no desenvolvimento intelectual, da consciência e do psicológico no aluno, tornando assim, de extrema importância a forma de educação que é e como é passada. Como afirma Postic (1992, p.197), “raramente outra profissão, além da de educador, leva aquele que a exerce a pôr-se totalmente em causa, pelo exercício da sua função...”, o que quer dizer que, o educador deve estar em constante teste, pois para seus alunos o que é dito em sala de aula é levado como uma norma. Sendo assim, ao expressar uma adoração ou uma aversão à

determinada atitude ou assunto, estará sujeito a ver essa expressão multiplicada pelo seu corpo de alunos.

Desta forma, o papel do docente não pode ser de modo algum negligenciado, pois é ele que transmite muito dos valores que serão levados pelos alunos em sua formação. Porém, o que acabamos presenciando são as contínuas omissões frente ao assunto, e a relativa orientação sobre sexualidade, seus conceitos culturais, morais, *etc.*, ficam esquecidos. Conseqüentemente, vamos inserindo na sociedade indivíduos incapazes de fazer críticas, de fomentar debates e problematizar conceitos, indivíduos que apenas podem aderir às normas que lhes são atribuídas, que só conseguem reproduzir o que veem.

Como compromisso a igualdade, as escolas deveriam colocar em prática projetos curriculares que visassem dissuadir as sexualidades homoeróticas da marginalização. Que fizessem da educação uma base para a formação de cidadãos críticos, senhores de suas decisões, que não discriminassem aqueles que não são adeptos da “normalidade”, que não cedem aos cânones sociais.

Percebe-se que as escolas em sua maioria, tem uma perspectiva alienígena ao que se refere à sexualidade homoerótica, e que corresponde a (de)formação de sujeitos capacitados à aderir aos conceitos existentes e continuar reproduzindo-os.

Segundo Louro (1999), não há dúvidas de que o que está sendo proposto, objetiva e explicitamente, pela instituição escolar, é a constituição de sujeitos masculinos e femininos heterossexuais. Sendo assim aqueles que não se enquadram neste meio provavelmente serão excluídos.

Percebemos então, que a sexualidade é então aprendida e construída ao longo de toda vida, de muitos modos por todos os sujeitos; ela não é uma questão apenas pessoal, mas é social e política, implica em todas as discussões que gera. (LOURO, 2000, p. 6).

Exclusão e Homofobia

Como já vimos (voltar ao subtítulo denominado “O homoerotismo através dos tempos”), até um tempo depois do renascimento o sujeito com inclinações homoeróticas não era considerado diferente de qualquer outro homem/mulher e o bissexualismo, em termos sociais, era totalmente aceitável. Porém, na medida em que aproximava-nos de 1700, ocorreu uma mudança radical; surge a ideia de que todos os homens que gostavam de relacionamentos com pessoas do mesmo sexo eram afeminados e criminosos e, as mulheres masculinizadas e agressivas. Nascia, assim, uma sociedade homofóbica, que tinha como razão as mudanças sociais radicais, iniciadas na metade do século XVII, que passava a viver. (SPENCER, 1996).

No Brasil, a homofobia teve significativa expressão nos meio de massa a partir dos

anos 70, quando se inicia no ocidente uma “revolução sexual”, pois, a partir daí, voltou-se uma especial atenção às políticas curriculares, com o objetivo claro de regular e orientar os estudantes dentro dos padrões considerados moralmente “sãos”. O que se observou foi que o silêncio, o segredo e a discriminação passaram a ser os comportamentos adequados ao se tratar da sexualidade. “Em voz alta, alardeadas ou proclamadas sem censura, tais questões ganhavam o caráter de gozação, deboche, malícia ou grosseria”. (LOURO, 1999, p.133).

Existe hoje um expressivo número de sujeitos homoeróticos que são simplesmente excluídos ou evadidos da escola – seja de forma direta (os convidados a sair), seja de forma indireta (consequentes agressões físicas e/ou verbais, piadas, ironias). Entretanto, este índice de exclusão escolar não é declarado, já que é cometido por instituições, muitas vezes com vínculos religiosos, e/ou pelos alunos dos educandários que amiúde não sofrem penas, ou sequer intervenções. Faz-se estritamente necessário, portanto, solicitar maior atenção dos educadores e suas pesquisas, de modo a esclarecer a dimensão desses índices, seus fatores, suas causas. Além de que, não podemos ficar sentados esperando os resultados, devemos intervir e começar a transformar esta realidade no presente momento.

São inúmeros os abusos sofridos por crianças e adolescentes dentro de escolas, sendo estes adolescentes e crianças decididos, ou não, da sua sexualidade. Estes abusos expressam-se na forma física, machucando o indivíduo e, principalmente, na forma verbal, onde atingem a moral, a consciência, o psicológico, os sentimentos do sujeito. As armadilhas da linguagem atravessam todas as práticas escolares. Piadinhas homofóbicas, irônicas ou perversas, dentro de colégios, podem acarretar (de forma geral) em atitudes mais violentas ainda de expressar a construção da aversão a diversidades sexuais que o indivíduo possui interiorizada; e/ou no ocultamento da sexualidade da pessoa sujeita a elas e, conseqüentemente, na infelicidade e sentimento de culpabilidade e incompletude da mesma. A homossexualidade é então, inúmeras vezes, consentida e ensinada na escola, expressa-se pelo desprezo, afastamento, imposição do ridículo; sendo que seu resultado é muitas vezes o que McLaren (1997) chamou de uma *apartheid sexual*, isto é, uma segregação que é promovida tanto por aqueles que querem se afastar dos indivíduos homoeróticos como pelos próprios.

Por fim, as escolas, que deveriam ser um lugar para promover o conhecimento, reproduzem o ocultamento no que se refere à sexualidade. Elas supõem que só há espaço para um tipo de sexualidade (a considerada normal): a atração de um sexo pelo sexo oposto, negando e ignorando deste jeito o homoerotismo e, conseqüentemente uma das oportunidades de fazer presente a discussão das diferentes sexualidades, a inclusão e o respeito de/e por todas.

METODOLOGIA

Optei por uma pesquisa com enfoque qualitativo uma vez que esta abordagem, segundo Triviños (1987), tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave, é descritiva, preocupa-se com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto, e os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente sendo o significado a preocupação essencial.

Foi realizado um grupo focal com oito alunas(os) concluintes do curso Normal - Aproveitamento de estudos de uma escola pública, do Município de Rio Pardo/RS.

Utilizei como dispositivo para fomentar a discussão duas reportagens referente ao tema: “Caso de homossexual agredido por colega em Santo Ângelo evidencia tema negligenciado na escola”¹ e “Casamento Caipira Gay em escola de Santa Maria RS”². A partir da leitura destas reportagens as alunas produziram discussões acerca da temática em dois encontros.

Feita a realização dos encontros com o grupo focal, logo em seguida as gravações foram transcritas, para a realização da leitura flutuante e análise dos dados. Analisei o conteúdo, baseando no que será relevante considerar na pesquisa, ou seja, a análise do discurso social reproduzido na fala das alunas.

Para realizar a análise do material processado durante o grupo focal, procurei refletir sobre como os indivíduos constroem seu conhecimento a partir de sua inserção social, e como a sociedade se propõe a conhecer e construir este conhecimento, a partir destas reflexões, cheguei a três categorias de análise, descritas a seguir.

ANÁLISE DO MATERIAL

Reflexões acerca das maneiras de pensar os papéis de homem e mulher e a influência familiar

De acordo com Aquino (1997), na escola, a sala de aula representa um espaço onde diferentes aspectos que configuram a cultura estão presentes: valores, interesses, ideologia, costumes, crenças, atitudes, tipos de organização familiar, econômica e social, como também diferentes padrões de comportamento sexual. Desse modo, a sala de aula passa a

¹ Reportagem disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/03/caso-de-adolescente-homossexual-agredido-por-colega-em-santo-angelo-evidencia-tema-negligenciado-na-escola3704240.html>>.

² Reportagem disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/07/casamento-caipira-gay-e-encenado-em-festa-de-escola-de-santa-maria-rs.html>>.

ser um ambiente cultural onde encontramos tensões, contradições e conflitos. Isso se evidencia na fala das alunas no momento em que expõem suas contradições:

“Vamos dizer né, que a gente um em lugar onde homem é homem e mulher é mulher, é muito bonito na teoria, é mais fácil para ser feliz se todo mundo fosse assim, mas sabemos que temos as individualidades que as pessoas são diferentes, e na minha opinião como tal devem ser respeitadas.”

“Na verdade a maneira como fui criada é assim homem age como homem e mulher como mulher.”

A impressão é que primeiramente aparece um discurso politicamente correto, mas logo começamos a perceber que é muito difícil para estas futuras professoras lidar com esta temática dentro da escola, elas estão muito presas a sua criação. A função do homem e da mulher e a representação destes na sociedade e algo que se coloca muito fortemente na fala das alunas:

“Eu tenho um amigo que era casado teve filhos e hoje ele vive com um namorado, de repente por causa da sociedade ele casou com uma mulher, teve filho. E ele diz que sempre gostou de homem”.

Segundo Ferrari (2003) um dos deveres da educação é desmistificar os estereótipos construídos por uma sociedade heterossexista. A homossexualidade não significa a negação do ser homem - é um erro comum cometido contra os homossexuais. É perfeitamente possível ser homem e homoerótico. Uma identidade não exclui a outra. Este erro aparentemente ainda ocorre, como vemos na fala do grupo focal: *“homem é homem e mulher é mulher”*, portanto se homem é homem ele não pode ser homossexual. Alcía Fernandez (1990) postula que aprendizagem é:

Um processo que envolve dois personagens, o ensinante e o aprendente, e um vínculo que se estabelece entre ambos, sendo que se deve sempre ter presente nessa relação entre o organismo individual herdado: o corpo construído especialmente; a inteligência auto-construída interacionalmente e a arquitetura do desejo, que é sempre desejo do desejo outro. (FERNANDEZ, 1990, p. 47).

Diversidade no contexto escolar

No que tange as discussões a respeito da diferença, ou a falta dela, sobre a temática da homossexualidade ou orientação sexual em geral, revela-nos o quanto o processo comunicacional entre educadores e alunos, bem como o acompanhamento e a fala dos pais, estão permeados de representações socialmente construídas. A comunicação humana seja ela através da fala, da escrita, de sinais, faz parte da construção do conhecimento que procura dar significados ao mundo que nos rodeia.

Aquino (1997), nota que este tema é de extrema importância para as relações sociais contemporâneas, porém, é abordado relativamente de forma aleatória no sistema educacional vigente, como vemos na fala do grupo focal:

“Eu acho que trabalhar orientação sexual, nós aprendemos, principalmente na parte de Ensino Religioso”.

Ainda assim, na maioria dos casos, por não ser tratado da forma como merece ser, ou por despreparo dos próprios educadores como observamos em outra fala:

“nossos professores falam muito pouco deste tema” [quando se refere a livros que contenham a temática do homoerotismo].

Desta forma, isto acaba por reforçar e legitimar ainda mais a discriminação e a exclusão dos sujeitos envolvidos nessas relações.

Desde 1997 o Ministério da Educação através dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's oferece às escolas a possibilidade de trabalhar orientação sexual com seus alunos, incluindo conceitos básicos e informações sobre homoerotismo aos estudantes das mais diferentes faixas etárias. Mas através da fala das alunas ficou claro que isso ainda não acontece:

“Não me deparei com nenhum livro didático, com um desses assuntos. Isso muitas vezes parte na sala de aula, dos alunos, no momento ali surge alguma coisa. Ai a gente tem que falar”. [Quando se refere a sua prática de estágio.]

Essa lógica compartilhada socialmente de que não falar sobre um determinado assunto polêmico, permeado de tabus, implicaria numa espécie de “proteção” do grupo para que ninguém faça igual, é uma lógica falsa – pois o não-falar é também uma espécie de comunicação das representações que estão inscritas em determinado grupo social e em determinada cultura. A falta da fala no aprendizado, nas escolas e salas de aula, revela um Poder que vai contra o movimento da própria vida, pois onde não há conversação, problematização, discussões, não há espaço para as diferenças. Esquece-se, assim, que uma das funções do aprendizado é por em questão o pensamento instituído. Dessa forma, através da repetição e não da fala criadora normatizam-se corpos e sujeitos e reproduzem-se modelos sociais.

Segundo Foucault (1979) a educação sexual ou a sexualidade na escola foi e continua sendo um dispositivo que pode estar incluído entre as técnicas de controle e poder, que se apresenta sob várias máscaras e estratégias, entre elas a valorização da prevenção a doenças e da gravidez fora de “época”, ambas de grande apelo popular. Os professores, muitas vezes, designam o que os alunos devem ou não saber a respeito do assunto. Essas escolhas educativas no campo do currículo escolar representam o que Foucault (1979) denomina de vontade de saber, dispositivo colocado pela sociedade, que passa a estabelecer distinção entre o lícito e o ilícito, o certo e o errado, o permitido e o proibido, o que deve ser escondido e o que deve ser aparente. Os alunos percebem esse controle, e assim, assimilam o que devem fazer e dizer na escola, e o que é mais adequado para falar e

fazer escondido da escola, da sociedade e da família. O discurso de Foucault fica evidenciado na seguinte fala:

“tem muito casal de lésbicas, algumas se beijam na boca, teve uma vez que uma dava um beijo e a outra ia lá e dava outro na frente de todos, deu confusão.... Daí depois foi feito uma reunião na escola e elas disseram que era só pra chamar a atenção”.

Segundo Nardi (2007), cabe ainda ressaltar que os professores não foram formados para desenvolver discussões no domínio da sexualidade, isso se vê evidentemente na fala do grupo focal: *“tive que trabalhar orientação sexual com as crianças e não estava preparada”* referindo-se a sua prática de estágio. Problema que é agravado pela presença disseminada de preconceitos de ordem moral, também observados na fala do grupo:

“homem é homem e mulher é mulher e pronto”. [Algumas destas alunas e futuras professoras já trazem consigo uma definição de como os jovens deveriam ser e agir].

Nardi (2007) ressalta ainda que as manifestações de preconceito em relação ao homoerotismo estão presentes em culturas nas quais a experiência do respeito ao outro na sua diversidade é pouco exercitado. Nossa sociedade é marcada por uma forte desigualdade (cuja marca da escravidão ainda se faz presente de forma vigorosa), a qual conjuga o desrespeito às formas não heterossexuais de sexualidade com a origem de classe, a cor e a etnia. Fica evidente na fala do grupo focal que na escola, seja pelos alunos ou professores usam-se palavras especificativas como pejorativos:

“existem piadas de negros, piadas de gordo, piada de loira, as piadas de sogras, existem as piadas de gays, e isso é normal, escutamos sempre.”

Existe, portanto, uma forte resistência a se falar sobre temáticas LGBT dentro da escola, pois ela está carregada de uma visão que se cristaliza em um discurso moralista e de negação, que propõe que ao falar-se sobre homossexualidade dentro da sala de aula corre-se o risco de incentivar os alunos a se tornarem homossexuais.

“Eu acho que a questão da reportagem e passar estes acontecimentos pros alunos, deve aparecer como uma mensagem de que a pessoa não pode ser mal-tratada, de que a pessoa é igual, de que cada um tem o seu jeito, pode até ter um ou outro que gosta, tudo bem, só que eu acho que isto não pode parecer uma coisa imposta, porque se não estamos partindo do princípio que estamos motivando”.

Não falar sobre sexualidade, drogas, doenças sexualmente transmissíveis, etc., em geral, assuntos atuais e que se fazem presentes na sociedade, é uma estratégia de se manter o *status quo* vigente e dominante, em que uma espécie de cegueira e negação das diversidades e dos problemas sociais insiste em não reconhecê-los e, acompanhada de uma conseqüente mudez não problematizada, questiona-se sobre o que isso poderia provocar, causando talvez uma reverberação de conteúdos internos e uma possível revisão de conceitos e crenças.

A busca para a “causa do homoerotismo”

Nardi (2007) identifica a ligação com a religião como um dos motivos para a pequena inserção da discussão da homossexualidade no ensino "O Estado está estabelecido como laico e o ensino de suas escolas também deveria ser. Mas ainda existe grande intervenção religiosa nas escolas", isso evidencia-se, na fala da aluna a respeito da orientação sexual ser exercida na aula de Ensino Religioso, como visto anteriormente. Além disso, o despreparo do professores agrava a situação, conforme fala de uma aluna, “o máximo que acontece está ligado às ciências biológicas”, como visto também na fala do grupo focal:

“A professora de biologia passou pra nós uma vez um vídeo que era sobre disfunções, problemas hormonais, tudo libera substâncias e a criança pode nascer com problemas e desenvolver a homossexualidade. Mas eu também acho que não é culpa da pessoa, é culpa da genética dela, tem famílias com mais de um gay, entre os irmãos, por exemplo.”

Através desta fala é possível também observar como existe uma necessidade de encontrar uma causa racionalmente explicável para o homoerotismo.

Para que tudo esteja em seu devido lugar e não provoque medo, precisam previamente estar classificados, esquadrihados, compartimentados e etiquetados. A realidade socialmente construída pelos indivíduos e grupos não é *a realidade em si*, mas uma realidade traduzida. A busca por uma explicação plausível para a “causa” do homoerotismo demonstra a dificuldade que temos em lidar com o mundo dos afetos e as diversidades que dele decorrem. É como que se, para termos um mínimo de civilidade e humanidade para com o outro precisássemos primeiramente classificá-los, sabermos com quem estamos lidando, para então erigirmos uma cerca ou muro simbólicos. Em uma lógica social cartesiana que para cada fenômeno deve necessariamente existir um outro fenômeno causal esquece-se, lamentavelmente, que nem sempre razões explicam sentimentos e que muitas vezes procuramos justificar preconceitos e idiosincrasias através de uma fala pseudocientífica ou até mesmo científica. Para Figueiredo (1998):

Reconhecer a sexualidade como construção social assemelha-se a dizer que as práticas e desejos são também construídos culturalmente, dependendo da diversidade de povos, concepções de mundo e costumes existentes, mesmo quando integrados em um só país, como ocorre no Brasil. Isso envolve a necessidade de questionamentos de idéias majoritariamente presentes na mídia, em condutas idealizadas, que são "naturalizadas", e, assim, generalizadas para todos os grupos sociais, independentemente de suas origens e localização. (1998, p.9)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo procurei compreender que leitura a escola faz sobre o tema homoerotismo, assim como, entender a forma como este é tratado dentro do educandário

através das representações sociais, embutidas no discurso do grupo focal realizado com as alunas do curso Normal - Aproveitamento de Estudos. Percebo que existe uma dificuldade das alunas bem como dos professores em tratar e aceitar o homoerotismo, desta forma posso destacar uma ausência de conhecimento sobre práticas escolares que incentivem a pensar sobre a diversidade sexual, o que a meu ver é de grande importância para o desenvolvimento de cidadãos conscientes, de forma a minimizar atos homofóbicos e preconceituosos dentro dos educandários consequentemente em sociedade. Ao colocar em pauta o tema homoerotismo no grupo focal realizado, presenciei reações de medo, insegurança e despreparo frente ao mesmo, ficando evidentes as dificuldades encontradas não só pelos alunos já quase professores, mas como cidadãos e pais.

Percebi segundo relato das alunas que as dúvidas que os jovens enfrentam vão além das informações, passando por experiências de vida, fazendo com que os professores muitas vezes se sintam constrangidos de tomarem qualquer posição.

Oliveira e Morgado (2005) acreditam que é de grande importância que a sexualidade seja vivida sem traumas e respeitando os valores éticos que deveriam reger qualquer relacionamento social, especialmente o respeito pelo outro na sua diferença, diferentemente de uma aceitação de postulados moralistas sobre as condutas eróticas ou sexuais, que já não fazem sentido algum neste final de século que estamos vivendo.

O que muitas destas alunas tentam dizer e muitas vezes até verbalizam durante a discussão, é que o homoerotismo sempre gerou muito preconceito e não é *“Não é apenas só postagem no Facebook contra a discriminação é que vamos conseguir alguma coisa”*, eles nos levam a pensar problemas bem maiores, pois muitas pessoas aceitam normalmente o homoerotismo feminino ou masculino quando ele acontece na “casa do vizinho”, mas se esta situação ocorre dentro de seus lares ou como no caso que estamos estudando dentro das salas de aula ou no ambiente escolar, então o preconceito, na maioria das vezes é exposto.

Desta forma, torna-se bastante claro que as dificuldades em lidar com o tema homoerotismo originam-se a partir da criação familiar, e que esta instituição se atravessa e transversaliza a educação, no entanto sabemos que a escola é um lugar de construção do conhecimento e que tem a obrigação de discutir e respeitar a diversidade, em vez de produzir o seu ocultamento, evidenciando negligência em relação ao tema.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. G. *Sexualidade na Escola: Alternativas Teóricas e Práticas*. São Paulo: Summus, 1997.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2002.

BRITO, Fernanda de Almeida. *União Afetiva entre Homossexuais*. São Paulo: Ed. LRT, 2000.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, G. L. *O corpo educado*. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. *O que é essa coisa chamada amor*: identidade homossexual, educação e currículo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, p. 71-96, jan./jun. 1996.

DIEHL, Antônio; TATIM, Denize Carvalho. *Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas*. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

COSTA, Jurandir Freire. *A ética e o espelho da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

_____. *A inocência e o vício*: estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

FERNANDEZ, A. *A inteligência aprisionada*: abordagem psicopedagógica clínica da criança e da família. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FERRARI, A. *Esses alunos desumanos*: a construção das identidades homossexuais na escola. 2003. Internet, disponível em: <http://www.mgm.org.br/comunicando/noticias/2006_homossexualidade_escola.htm>. Acesso em: 14 jul. 2017.

FIGUEIREDO, Luiz Carlos de Barros. *Adoção para homossexuais*. Curitiba: Juruá, 2002.

FIGUEIREDO, R.M.D. (Org.). *Prevenção às DST/Aids em ações de saúde e educação*. São Paulo: NEPAIDS, 1998.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 17 ed. São Paulo: Autores Associados, 1987.

FOUCAULT, Michael. *História da sexualidade*. Tradução de Maria Thereza da Costa Alburquerque e J. A. Guilhon Alburquerque, 16 ed, Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 7 ed. Tradução de Ligia M. Pondé Vassallo, Petrópolis: Vozes, 1989.

FROEMMING, Cecilia Nunes; IRINEU, Bruna Andrade. (Org). *Gênero, Sexualidade e direitos*: Construindo políticas de enfrentamento ao sexismo e a homofobia. Palmas, Tocantins, 2012. Disponível em: <<https://nucleosexualidadeuft.files.wordpress.com/2014/02/gc3aanero-sexualidade-e-direitos-construindo-polc3adticas-de-enfrentamento-ao-sexismo-e-a-homofobia.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

JACQUES, Maria da Graça C. *Psicologia social contemporânea*: livro-texto. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2002, 262 p.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*: Uma Perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 3 ed, 1999.

_____. *Corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. *Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MCLAREN, Peter. *A vida nas escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação*. Tradução: Lúcia Pellanda Zimmer, *et al.*, 2 ed, Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MINAYO, Maria Cecília. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 22. ed, Petrópolis: Vozes, 2003.

NARDI, H. C. *A escola e a diversidade sexual*. Disponível em: <<http://www.psicologia.ufrj.br/nipiac/blog/?p=38>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

OLIVEIRA, M. R. A. MORGADO, M. A. . *Jovens, sexualidade e educação: Homossexualidade no espaço escolar*, 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT23-2357--Int.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

POSTIC, Marcel. *O imaginário na relação pedagógica*. Tradução: Mário José Ferreira Pinto, Porto: ASA, 1992.

SILVA, Tomaz Tadeu D.. *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SPENCER, Collin. *Homossexualidade: uma história*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

TORRES, José Antônio Gonzales. *Educação e diversidade: Bases didáticas e organizativas*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo*. São Paulo: Atlas, 1987.